

SILVARIBEIRO
ADVOCACIA

2024

MANUAL EXPLICATIVO

Como funciona o meu
processo na Justiça?



SUMÁRIO

01

Para quem este manual foi feito?

02

Como funciona um processo?

03

Quais valores estão envolvidos em um processo?

04

O que é liminar?

05

O vencedor e o vencido em um processo

06

Em quanto tempo sai o resultado de um processo?

PARA QUEM ESTE MANUAL FOI FEITO

Prezado(a),

É com grande satisfação que apresentamos a você o Manual Explicativo sobre o funcionamento do seu processo. Este material não é acadêmico nem técnico. As informações contidas neste caderno destinam-se ao público leigo, incluindo clientes e pessoas interessadas no tema abordado.

Entendemos que a complexidade do sistema legal pode ser intimidante e que, muitas vezes, você pode se sentir perdido em meio a termos jurídicos e procedimentos desconhecidos. Nosso objetivo é oferecer a você uma fonte confiável de informações que poderá consultar sempre que surgirem dúvidas simples relacionadas ao processo.

Este manual não substitui o aconselhamento legal personalizado que oferecemos, mas serve como um complemento valioso para que você possa se sentir mais informado e capacitado em relação ao seu processo.

Desejamos a você uma leitura proveitosa e esclarecedora. Conte conosco para ajudá-lo em sua jornada legal.

Atenciosamente,
Vanessa Ribeiro

COMO FUNCIONA UM PROCESSO?

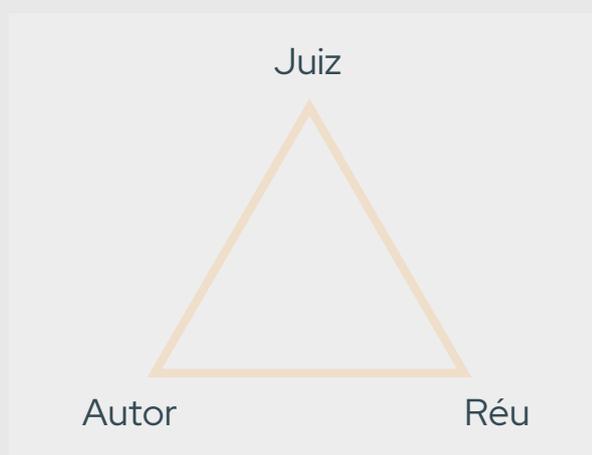
02

AS REGRAS DO JOGO

Existe uma lei criada para ditar as regras de um processo, todos os envolvidos devem cumpri-las, para que o resultado seja válido.

OS PARTICIPANTES

As partes envolvidas, na forma mais simples, seriam:



Em alguns casos você poderá encontrar outras nomenclaturas, como Requerente e Requerido, que basicamente significam a mesma coisa.

Da mesma forma, se o processo for para segundo grau ou se se tratar de uma execução, será, respectivamente: recorrente e recorrido, exequente e executado.

O INÍCIO

Para que um processo tenha início é necessário um documento chamado Petição Inicial. O advogado é responsável pela sua elaboração. Não só isso: é nesse documento que o advogado colocará os detalhes do ocorrido e a estratégia para o seu caso, tudo com base em um estudo prévio.

Além disso, toda documentação e provas serão preparadas e acompanharão a Petição Inicial.

A PARTE CONTRÁRIA

Da mesma forma que existe um documento para iniciar o processo, a parte contrária terá o direito de se defender com outro, e ela fará isso por meio da Contestação.

O réu será chamado para fazer parte da relação, conforme indicado no triângulo ao lado. Se o réu não se defende, teremos a revelia. Em resumo, serão presumidas verdadeiras as alegações de fato de quem iniciou o processo, da Petição Inicial.

AS PROVAS

Ambas as partes poderão apresentar provas, que são os meios de demonstrar ao juiz por que você tem direito de receber aquilo que está pedindo.

O mais comum é que as partes apresentem provas documentais, que são documentos como certidões, contratos, recibos, comprovantes de pagamento, cheques, fotos, troca de mensagens via aplicativos etc.

A lei também permite que as partes apresentem: prova testemunhal, depoimento pessoal, prova pericial etc.

AS AUDIÊNCIAS

Algumas pessoas ficam nervosas ao ouvir falar sobre audiências, mas em alguns casos, pode ser que ela sequer ocorra, verifique com seu advogado.

Temos diferentes tipos de audiência, mas basicamente, na maioria dos casos: (i) uma que pode ocorrer no início, chamada de conciliação ou mediação, servindo para que as partes tentem um acordo amigável. (ii) E outra, chamada de instrução e julgamento, servindo para destrinchar todo conteúdo do caso, podendo o juiz ouvir os envolvidos e fazer perguntas, para só então decidir.

A DECISÃO DO JUIZ

Após todo caminho percorrido, o juiz tomará uma decisão, chamada de Sentença.

Nessa decisão ele colocará qual foi a sua motivação, podendo indicar leis, decisões de outros juízes sobre casos parecidos, entre outros fundamentos. De qualquer forma, ele sempre julgará com base nas questões e provas apresentadas pelas partes dentro do processo.

OS RECURSOS

Recursos são ferramentas que o seu advogado pode utilizar para ir contra uma decisão tomada por um juiz ou tribunal.

O seu advogado é quem irá analisar se o recurso é cabível ou não, tudo de acordo com a estratégia que ele criou para o seu caso desde o início.

Assim, de forma bastante resumida, se uma decisão for desfavorável a você, ainda assim pode haver uma chance dela ser reformada. Isso acontece quando outro juiz ou tribunal faz essa avaliação.

A lei estabelece recursos específicos para cada situação, por isso, mais uma vez, serão observadas as regras do jogo, ou seja, as regras do processo, conforme indicado na página anterior.

QUAIS VALORES ESTÃO ENVOLVIDOS EM UM PROCESSO?

03



Atenção: se for o caso, o seu advogado poderá pedir Justiça Gratuita, desde que você comprove que não possui condições financeiras. Se o juiz entender que deve, você terá a gratuidade, não precisando pagar as custas processuais, que envolve as taxas judiciárias e as despesas processuais.

Os valores do trabalho do advogado e despesas estarão descritas no Contrato que você firmar com esse profissional. Já as custas e despesas processuais dependerá de cada Tribunal onde o processo correrá, os valores podem ser consultados de forma *online*, no *site* oficial do respectivo Tribunal. Abaixo os *links* de alguns deles:

LINKS DOS TRIBUNAIS

Ou copie e cole no seu navegador:

<https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/tribunais/>

A liminar é uma forma de você ter o seu pedido atendido antes do fim do processo. Ela recebe o nome técnico de “Tutela Provisória” e como o próprio nome revela, não é uma decisão definitiva; apesar de socorrer alguma emergência, ela pode ser desfeita ao final do processo, se assim entender o juiz.



TIPOS

Existem algumas espécies diferentes de liminar, mas não vem ao caso explicarmos cada uma delas, o objetivo aqui é sermos simples e diretos, a escolha da melhor forma será feita pelo advogado. Assim, o que você precisa entender é que o momento de pedir a liminar pode ser diverso:

- No início do processo ou;
- Ao longo da duração do processo.

QUANDO É CABÍVEL?

Para sua concessão, certos requisitos devem ser atendidos, incluindo a necessidade de demonstrar que a demora no julgamento do caso poderia causar prejuízos irreparáveis à parte e a apresentação de provas convincentes que sustentem a alegação.

Quem decide se concede ou não a liminar é o juiz. Caso a decisão não seja favorável a você, o advogado, analisando as necessidades, poderá recorrer.

05

O VENCEDOR E O VENCIDO EM UM PROCESSO



O VENCEDOR

A decisão final do juiz (Sentença) é o que definirá se os seus pedidos serão atendidos de forma definitiva, ou seja, se você será o vencedor.

Quem vence leva o que pediu e recebe o reembolso do que (eventualmente) gastou com as custas processuais.

O VENCIDO

O vencido é aquele que foi derrotado. Nesse caso, terá que arcar com as custas processuais (se houver) e honorários do advogado da outra parte (chamado de honorários de sucumbência, se houver).

No primeiro grau do Juizado Especial Cível não há custas ou honorários de sucumbência. Portanto, nesses casos, quem perdeu não deve nada.



EMPATE

Nesses casos a lei diz exatamente que se cada parte do processo for parcialmente vencedor e vencido, as despesas serão proporcionalmente distribuídas entre elas.

- Lembre-se: caso o seu pedido de justiça gratuita seja aceito pelo juiz, as regras acima mudam.

EM QUANTO TEMPO SAI O RESULTADO DE UM PROCESSO?

06

Nenhum advogado poderá dar uma resposta exata, por mais experiente que ele seja. Essa pergunta é bastante comum e está espalhada pela *internet* e na própria busca do *google*.

A duração de um processo pode variar significativamente de acordo com vários fatores, tornando difícil determinar um prazo. Alguns dos principais fatores incluem:

- tipo de processo
- complexidade do caso
- localização (varas/Tribunais)
- fatores individuais do caso ao longo de sua duração

Dessa forma, alguns processos podem ser resolvidos em questão de meses, enquanto outros podem levar anos para serem concluídos. De forma geral, processos de jurisdição voluntária, como no caso de mudança de nome, tendem a terminar em alguns meses, não chegando a um ano.



Imagem ilustrativa das buscas mais frequentes no Google sobre a duração de um processo.

SILVARIBEIRO

ADVOCACIA



Encontre mais em:



+55 11 94942 6575



contato@silvaribeiro.adv.br



www.silvaribeiro.adv.br



@silvaribeiro.adv

Destinatário: Thais da Silva Santos

